

Ação 6: Consolidar propostas de prevenção à prática da corrupção fomentando a integridade social e a educação para a cidadania.

Coordenador: CNMP

Coordenador Adjunto: SEGOV/PR

Colaboradores: ADPF, AGU, AJUFE, ANAPE, ATRICON, BB, BNDES, CAIXA, CASA CIVIL RS, CGU, CJF, COAF, CONACI, FEBRABAN, MD, MPF, MPMA, MPPE, MPPI, MPT, RFB, TCU.

Produtos esperados:

- 1) Diretrizes definidas por meio de experiências nacionais e internacionais para a formação de cidadão ético e participativo;
- 2) Banco de boas práticas e iniciativas referentes a esse tema, disponibilizado em plataforma digital acessível a qualquer cidadão;
- 3) Programa de educação cidadã que reúna práticas de educação que tenham tido bons resultados, oferecendo-as aos ambientes com maior pertinência.

MEMÓRIA DA 3ª REUNIÃO

1. Informações gerais

- **Data e horário:** 24 de maio de 2017, 14h30.
- **Local:** Sala de Reuniões 210 – DRCI/MJ, Brasília – DF.
- **Pauta:** 1) Apresentação do Grupo de Trabalho 3 - Campanha e exposição do fundo pela Caixa Econômica Federal; 2) Apresentação do status do cronograma de avaliação do concurso/chamamento.
- **Presentes:** AGU, AJUFE, Casa Civil / RS (P/VC), BB, BNDES, CAIXA, CGDF (Convidada), CGU, CNMP, COAF, FEBRABAN, MPT, OSB (Convidada), SEGOV/PR e TCU.

2. Resumo das discussões

- SE/ENCCLA – inicia a reunião com um breve relato da participação da coordenação da Ação 6 na reunião do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) no dia anterior. Considera que a exposição dos trabalhos àquele colegiado e os debates subsequentes foram muito importantes e produtivos para o realinhamento dos trabalhos.
- SEGOV/PR – agradece todas as contribuições do GGI e repassa a pauta que foi pensada para a reunião. Informa que participou de uma reunião com a Escola de Administração Fazendária (ESAF), que ficou muito interessada nos trabalhos da Ação e manifestou vontade de aderir ao grupo, se prontificando a colaborar da forma que for possível.
- CNMP – complementando o rol de possíveis novos colaboradores para a Ação, informa que também tiveram reuniões com a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento (SEGES/MP) e com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Em todas essas organizações, a proposta foi muito bem recebida.

Passa a palavra à Caixa Econômica Federal (CEF) para dar início à apresentação sobre Fundos de Governo (primeiro item de pauta).

- CEF – agradece a oportunidade pela apresentação e reafirma que a ideia da Caixa é contribuir com a gestão do fundo previsto na Ação. Na sequência, inicia sua apresentação sobre Fundos de Governo em geral (anexa).
 - Definição, características, taxonomia, arquitetura usual, entre outros aspectos dos fundos de governo.
 - Importância de um órgão de vinculação para qualquer fundo.
- Grupo tira algumas dúvidas com o representante da CEF sobre os fundos de governo:
 - Qual a base jurídica mais adequada para o edital de chamamento público dessa Ação: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)? Lei nº 8.666/1993? – Resposta CEF: nos processos de chamamento público da CEF não se utiliza o MROSC.
 - Necessidade de um ato normativo específico? – Resposta CEF: explica que a existência de um ato normativo facilita bastante a governança dos fundos geridos pela Caixa. Isso acontece porque, quando não há um ato específico, a Caixa acaba ficando com uma exposição maior a risco.
- BNDES – parabeniza a Caixa pela apresentação e pondera que a estruturação de qualquer fundo de governo não é uma tarefa simples e corriqueira. Pelo contrário, é bastante complexo. Por isso, sugere que, nesse momento inicial, talvez seja interessante o grupo pensar em outras ferramentas mais simples (já disponíveis em cada uma das instituições) para viabilizar o alcance dos resultados desejados. Cita como exemplo o patrocínio.
- CEF – confirma que é possível trabalhar mediante patrocínio nesse caso. Contudo, o programa fica vulnerável à política de patrocínio dos órgãos envolvidos. Ademais, a ideia de uma política de longo prazo possivelmente torne mais indicada a constituição de um fundo.
- CNMP – agradece à Caixa pela apresentação, ressaltando que foi muito esclarecedora, e informa que os debates sobre o fundo ainda estão em fase inicial. Nem mesmo o órgão de vinculação foi definido.

Apresentação do status do cronograma de avaliação do concurso/chamamento.

- SEGOV – revisita apresentação sobre estudo que analisa o grau de investimento em prevenção primária à corrupção de alguns países e o respectivo posicionamento deles no índice de percepção da corrupção, para concluir que os países que tiveram índices melhores (e conseguiram, efetivamente, uma mudança de cultura) foram aqueles que mais investiram na prevenção à corrupção primária.

Em seguida, retoma a explicação de cada um dos alinhamentos sobre a arquitetura da Ação, sua governança, o banco de propostas, a rede colaborativa, e a rede de patrocínio (apresentação anexa).

- CNMP – complementa que todas essas ideias são possibilidades futuras para a Ação, pois a implementação dependerá justamente do interesse e engajamento de cada uma das partes envolvidas. A pretensão do grupo para esse ano é entregar, no mínimo, o banco de propostas.
- MPT – questiona se a rede colaborativa será formada apenas no nível federal ou será expandida também para o nível estadual e municipal. Cita o exemplo do estado do Ceará, onde há uma densa rede colaborativa que poderia interessar-se pelo projeto.
- CNMP – afirma que a participação de todas as esferas será muito bem-vinda.
- Grupo discute alguns aspectos sobre o selo de qualidade que se pretende conferir aos projetos agraciados com as melhores avaliações (validade do selo, implicações de futuro, fiscalização). Tais definições devem ter significativa influência sobre a montagem do edital.

Campanha publicitária

- SEGOV – retoma os debates com uma proposta de encaminhamento sobre a campanha publicitária. Propõe que o próprio CNMP seja o administrador da campanha, a fim de que se dê o formalismo e responsabilização necessários a uma campanha de governo. O grupo concorda com a proposta, sob pena de se perder a legitimidade.

Informa que a ideia é que o material da campanha fique disponível para download no site do CNMP. Houve algum debate sobre se o material deveria ficar disponível a qualquer pessoa ou apenas aos que aderissem à campanha. Contudo, o próprio grupo chegou à conclusão de que não caberia limitar o acesso.

- SE/ENCCLA – pondera apenas que, nesse caso, talvez seja importante que o material da campanha não inclua logotipos institucionais.
- SEGOV – informa que irá pedir ao Grupo de Trabalho nº 3 (que trata da campanha) que discuta possibilidades e apresente propostas. Ao mesmo tempo, solicita que os coordenadores dos demais GTs também acelerem os trabalhos.
- SE/ENCCLA – conclui a reunião registrando a satisfação com o conteúdo da reunião. Lembra que houve algum atrito na reunião passada, mas que esse tipo de situação faz parte do contexto do debate, e que é justamente para que se evolua no diálogo que a Enccla existe. Crê que as discussões já estão bem mais alinhadas com o mandato do que foi definido ao grupo pela Plenária. Agradece mais uma vez o trabalho dedicado e de muita qualidade da coordenação e questiona a ela se os próximos passos da Ação deverão ser novas reuniões dos GTs (em especial do GT nº 1, que trata do edital), levando-se em conta os debates no GGI e na própria reunião de hoje, e mantido o cronograma proposto na reunião anterior.
- SEGOV e CNMP – confirmam que esse é o encaminhamento a ser dado.
- SE/ENCCLA – reforça o pedido de participação no GT nº 1.

Outros assuntos

- CGU – convida todos os presentes, em nome da Secretaria de Transparência, a participar da palestra do Professor José Pacheco, no dia 29 de junho. O professor fará uma apresentação sobre educação cidadã numa perspectiva brasileira (Estudo de Caso da Estrutural, no DF). Cada órgão receberá o convite formal.

3. Encaminhamentos

- Novas reuniões dos Grupos de Trabalho (em especial do GT nº 1, que trata do edital), levando-se em conta os debates no GGI e na reunião de 24/5, e mantido o cronograma proposto na reunião anterior.

4. Próxima reunião

- Dia 21 de junho de 2017, às 14h30, no DRCI/MJ.
- Pauta: informes sobre os andamentos dos trabalhos dos subgrupos (GTs 1-4) e próximos passos.

Brasília, 26 de maio de 2017.

Secretaria Executiva da ENCCLA
Coordenação-Geral de Articulação Institucional
Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional
Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania
Ministério da Justiça